

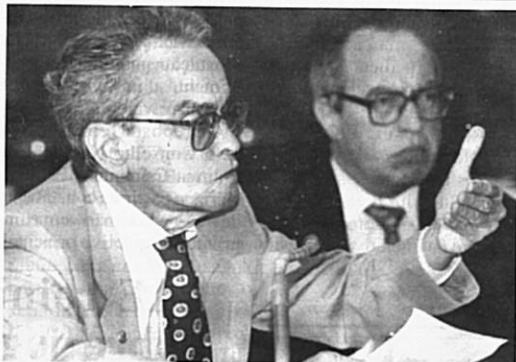
JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano IV - Nº 656 - Brasília, segunda-feira, 23 de março de 1998

Na pauta, proteção a testemunhas

Estará na Ordem do Dia na próxima semana projeto que obriga o Estado a proteger vítimas e testemunhas de crimes que colaborem com a Justiça. *Página 2*



Jefferson lembrou que florestas virgens eram consideradas improdutivas



Cabral disse que todos os países precisam avaliar seus recursos hídricos

Plenário discute o futuro da água e das florestas

O senador Bernardo Cabral defendeu a adoção de planejamento de longo prazo para garantir o abastecimento de água. O senador Jefferson Péres elogiou decisão do governo de proibir assentamentos da reforma agrária em áreas de floresta

NESTA EDIÇÃO

CAE debate cassinos

PÁGINA 2

Mais poder ao cidadão

PÁGINA 5

Júnia vê a saúde falida

PÁGINA 6

A utilização responsável dos recursos hídricos e a adoção de estímulos para que a reforma agrária ajude a preservar o meio ambiente foram os principais temas da sessão de sexta-feira do Senado. O senador Bernardo Cabral alertou para o risco de falta de água

no século XXI, caso não sejam traçadas estratégias de longo prazo para a garantia de abastecimento. O senador Jefferson Péres elogiou a decisão do governo de proibir novos assentamentos da reforma agrária em áreas de floresta nativa. *Página 3*

Com o objetivo de chamar a atenção dos parlamentares para a questão da qualidade do ensino no país, a União dos Professores Públicos do Estado do Rio de Janeiro (Uppe) promove até o dia 26, no hall do Anexo II do Senado, uma exposição de charges e crônicas tendo como tema a educação. O senador Artur da Távola é um dos cronistas com trabalhos na mostra. *Página 8*



O caminho para evitar a falta de água no planeta durante o próximo século, segundo o senador, é a adoção de estratégias de longo prazo para o setor, como defendem a Unesco e a Organização Meteorológica Mundial

Cabral defende avaliação de recursos hídricos

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) citou na sexta-feira, em discurso no plenário, o alerta feito pelo diretor-geral da Unesco e pelo secretário-geral da Organização Meteorológica Mundial no sentido de que todos os países precisam desenvolver estratégias próprias de avaliação dos recursos hídricos nacionais e regionais para que as atividades humanas não sejam limitadas, no século XXI, pela falta de água no planeta.

Cabral, que se reportou à comemoração, neste domingo, do Dia Mundial da Água, anunciou que acaba de envi-



Cabral elogia legislação brasileira

ar à publicação do Caderno Legislativo nº 3/98, dedicado aos "Tratados Internacionais de

Recursos Hídricos".

Nesse sentido, disse Bernardo Cabral, o Brasil desfruta de legislação federal moderna e os estados estão avançando bastante na elaboração das leis de sua competência sobre o assunto. No campo institucional, ele salientou a atuação da Secretaria de Recursos Hídricos (SRH), adequadamente colocada no Ministério do Meio Ambiente.

Entre as ações implementadas pela SRH em 1997, o senador ressaltou o Movimento de Cidadania pelas Águas, a elaboração de planos diretores de bacias, o cadastramento de

usuários, a implantação de comitês de bacias hidrográficas em rios federais, diversos seminários sobre a nova política de recursos hídricos, o Plano Nacional de Capacitação em Recursos Hídricos e os empreendimentos Novo Modelo de Irrigação e Proágua, incluídos no programa Brasil em Ação.

Os investimentos realizados, por sua vez, totalizaram R\$ 717,8 milhões, beneficiando diversos projetos. Entre eles, incluem-se R\$ 398,9 milhões destinados ao Plano Nacional de Recursos Hídricos; R\$ 6,9 milhões aplicados na incorporação e aproveitamento de

várzeas irrigáveis; R\$ 1,9 milhão, para o Programa de Desenvolvimento de Recursos Hídricos para o Semi-Árido Brasileiro (Proágua); e R\$ 57 milhões, para o controle de enchentes e recuperação de vales e cidades.

Diante dessas ações, o único fato a lamentar, na opinião de Cabral, "são os rumores da criação de uma Agência Nacional de Águas. Espero que não se concretizem, pois estamos com uma organização institucional adequada, recente e que, por isso mesmo, necessita de tempo para a sua consolidação".

Jefferson apóia fim de assentamento em floresta

O senador Jefferson Péres (PSDB-AM) destacou na sexta-feira, a iniciativa do governo de proibir que assentamentos do Incrá (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) possam ser implantados em áreas com cobertura florestal primitiva, como vinha acontecendo até hoje. "A CPI da Câmara dos Deputados sobre a Amazônia constatou uma participação efetiva dos sem-terra e dos assentados na devastação da floresta amazônica, e a decisão do governo pretende aca-

bar com esta situação", assinalou.

Para Jefferson, o programa Terra Que Te Quero Verdes, do Ministério da Reforma Agrária, prevê a mudança de critérios para a concessão do crédito rural, limitando a implantação dos assentamentos a terras já desmatadas e utilizadas para a agricultura. Nas áreas de floresta primitiva somente serão dados incentivos a projetos agroflorestais e extrativistas, como a criação de peixes.

- Por incrível que pareça,

até hoje essas áreas de floresta virgem eram consideradas improdutivas, exigindo que seus proprietários devastassem parte delas para impedir que fossem desapropriadas - observou.

Péres lembrou sua proposta de transformação de 80% da Amazônia Ocidental em área de proteção ambiental, permitindo o manejo racional dos recursos florestais e prevenindo a repetição de experiências desastrosas verificadas em outras partes da Amazônia, vítimas da ocupação desorde-



Jefferson defende novos critérios

nada e da exploração predatória e, o que é mais grave, sempre com a generosa assistência financeira dos governos passados.

- A exigência de relatórios de impacto ambiental (Rimas) e de projetos de recuperação de áreas degradadas para que

sejam concedidos financiamentos do Procerá (Programa de Crédito Emergencial para Reforma Agrária) representam uma esperança de que a devastação possa ser sustada - salientou.

E alertou: "Se isso não acontecer, o Brasil serrará o galho onde está sentado e veremos a destruição da biodiversidade, a necessidade de queimar áreas cada vez maiores, pois a qualidade dos pastos é ruim, a constante paralisação dos aeroportos amazônicos, por causa da fumaça das queimadas, bem como a proletarização do caboclo, arrancado de sua cultura de coleta florestal, para ganhar um salário de fome".

Miranda considera exemplar nova lei ambiental

O senador Gilberto Miranda (PFL-AM) classificou a Lei dos Crimes Ambientais como exemplo de iniciativa à proteção do meio ambiente na Amazônia. A lei foi aprovada durante a convocação extraordinária do Congresso e sancionada com vetos pelo presidente Fernando Henrique, em 12 de fevereiro. O senador entende que esse dispositivo surtirá efeito contra os que procuram obter dividendos econômicos à custa



Miranda: lei garante proteção do patrimônio natural.

Trata-se, segundo Miranda, de "mais um instrumento que,

pretendendo reverter a impunidade dos agressores da natureza, objetiva a manutenção da qualidade de vida e do meio ambiente, pela força de rigorosa coerção legal".

A nova lei, esclarece o senador, consolida a legislação protecionista, sancionando o causador de danos ao meio ambiente com multas de 50 a 50 milhões de reais e detenção, de seis meses a um ano, acrescida de multa, de quem cometer os crimes de matar,

perseguir ou caçar animais silvestres nativos ou em rota migratória. De acordo com Gilberto Miranda, quem destruir ou danificar as florestas também sofrerá sanção.

O senador aproveitou para elogiar também a edição da revista *Veja* sobre a Amazônia, que circulou a partir do dia 24 de dezembro passado. Segundo Miranda, a matéria da *Veja* expõe, "em textos esclarecedores e ilustrações deslumbrantes toda a realida-

de de uma região ameaçada, deixando subjacente a necessidade de protegê-la contra todo tipo de agressão".

Na opinião do senador, a riqueza da floresta amazônica precisa ser defendida "a qualquer preço, contra a cobiça de nacionais e estrangeiros que, em ações de desprezo às leis de resguardo do meio ambiente, tentam dela extrair, junto a bens materiais ainda abundantes, toda a inigualável beleza de suas matas e rios".

Com 50 assinaturas, emenda restringe mecanismo às opiniões, votos e palavras, excluindo os crimes comuns e outros relacionados com atos estranhos à atividade no Congresso

Proposta limita imunidade parlamentar

França elogia êxito de RR na área da saúde

O senador João França (PPB-RR) destacou "o excelente desempenho de Roraima na área da saúde", com ênfase para os resultados no controle das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), em especial a Aids. Segundo o senador, que cumprimentou o governador Neudo Campos por esse trabalho, o reconhecimento da eficácia das ações desenvolvidas em Roraima acaba de surgir em relatório de avaliação nacional do Ministério da Saúde sobre as políticas adotadas e sua adequação com os gastos no exercício de 97.



João França

Proposta de emenda constitucional apresentada pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM) acrescenta parágrafo ao art. 53 da Constituição para estabelecer que "não estão amparados pela imunidade parlamentar os deputados e senadores que cometerem crimes comuns ou quaisquer outros relativos a atos estranhos à atividade parlamentar". A emenda, que recebeu 50 assinaturas - quase dois terços da composição do Senado -, limita a imunidade parlamentar às opiniões, votos e palavras.

O resgate do verdadeiro significado de um Poder Legislativo precisa ser feito com urgência, e isso só pode ser alcançado com ações éticas e transparentes - diz o senador em defesa da proposta.

Cabral considera o momento atual o mais adequado para discutir a imunidade parlamentar. Entende que é necessário reformar a Constituição "para que o Congresso tenha a res-

peitabilidade que o momento exige". A seu ver, nos últimos tempos a imagem do Legislativo "tem sido sistematicamente corroída perante a opinião pública".

O senador também disse que "parlamentares que houverem cometido crimes comuns, pela própria essência de sua gravidade, não podem contar com o beneplácito da imunidade". Ele sustenta que

Outro projeto apresentado ao Senado torna mais rápido o processo de perda de mandato por quebra do decoro parlamentar

a emenda corrige omissão constitucional.

PERDA DE MANDATO

Outra proposta de Bernardo Cabral, também com o apoio de 50 assinaturas, altera o art. 55 da Constituição para dar mais celeridade ao processo de perda de mandato, sobretudo nos procedimentos incompatíveis com o

decoro parlamentar. O senador deseja que a Mesa da Câmara ou do Senado possa cassar o mandato de parlamentar sem prejuízo da ampla defesa.

Uma das coisas mais graves que atingem a sociedade brasileira hoje é a sensação de impunidade, que acaba gerando um ressentimento e absoluta descrença do cidadão honesto em relação às instituições do país - argumenta o senador.

Para Bernardo Cabral, "é preciso de uma vez por todas dar um basta na impunidade total de parlamentares, pois é essa regalia que faz com que pessoas mal intencionadas procurem se eleger buscando o mandato para com ele usar o manto da impunidade". As duas propostas de emenda constitucional foram submetidas à apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.



Lobão elogia instituto do MA

Lobão destaca pesquisa econômica

O senador Edison Lobão (PFL-MA) classificou como "modelar" o trabalho que o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (Ipes), órgão da Secretaria do Planejamento do Maranhão, vem desenvolvendo para a economia do estado. Segundo o senador, os informativos do Ipes conseguem sintetizar os dados estatísticos que avaliam a variação do custo de vida do estado, o peso de cada item no orçamento familiar e o percentual da cesta básica no salário mínimo.

Pessoalmente, é grande a minha satisfação por ter tido, quando governador do estado, o privilégio de iniciar a iniciativa de informatizar todo o serviço público do Maranhão. No meu período administrativo, substituímos o registro de procedimentos, até então feito à mão ou em máquinas datilográficas, pelo computador, obtendo imediatos resultados, especialmente na receita, com a melhor fiscalização dos tributos - frisou o senador.

Edison Lobão destacou que o Ipes, sob a orientação do diretor-presidente, João Albuquerque Mossurunga, enquadra-se entre os melhores dos seus similares que, em outros estados, também atingiram a modernidade.

Odacir quer novas exigências para dirigentes do BC

Projeto de lei complementar apresentado pelo senador Odacir Soares (PTB-RO) prevê que o presidente e os diretores do Banco Central do Brasil ficarão impedidos de exercer, durante dois anos após deixarem o cargo, qualquer atividade em instituições financeiras privadas e congêneres.

O impedimento se dará, conforme o projeto, mesmo que o ex-presidente ou ex-diretor do Banco Central não tenha vínculo empregatício ou seja apenas colaborador com a gestão ou administração dessas empresas. Ele também não poderá adquirir ações, debên-

res, partes beneficiárias ou qualquer outro título representativo de capital ou interesse na instituição.

A proposta de Odacir Soares também veda a utilização, a qualquer tempo, de informações obtidas durante o exercício do cargo em proveito próprio ou de terceiros, para evitar que ex-presidentes e ex-diretores do Banco Central obtenham vantagens no mercado financeiro.

Para descaracterizar qualquer relacionamento com a iniciativa privada no mercado financeiro, uma das exigências anteriores à nomeação é a de que o candidato ao cargo de presidente ou de



Odacir deseja normas claras para a direção do BC

diretor do Banco Central não tenha exercido, até um ano antes, atividade com ou sem vínculo empregatício. Ele também não poderá ter sido proprietário, sócio, acionista ou controlador de empresa nesse setor de atividade.

Nossa proposta visa assegurar a tranquilidade do mercado financeiro, a estabilidade monetária e, sobretudo, preservar o sigilo necessário à atividade estatal, bem como a igualdade de acesso às informações para fins de mercado, a partir da responsabilidade

administrativa dos ocupantes desses cargos - enfatizou Odacir.

Tendo seus nomes aprovados pelo Senado Federal, tanto o presidente como os diretores deverão - antes de assumir os cargos, assim como quando os deixarem - firmar declaração de bens em cartório do Distrito Federal. Os profissionais indicados deverão ter, obrigatoriamente, mais de 10 anos de experiência nas áreas de administração, contabilidade, direito, economia ou finanças.

Objetivo da senadora é fazer valer o conceito de "democracia participativa" da Constituição de 1988, dando à sociedade mais poder para fiscalizar a administração pública

Projeto de Marina estabelece controle social sobre o governo

Projeto de lei apresentado pela senadora Marina Silva (PT-AC) assegura aos cidadãos e suas entidades representativas o direito de participação e controle da ação pública - o que abrange consulta prévia e acompanhamento e avaliação das políticas, programas, projetos ou atividades governamentais. Esse controle social deverá abranger a gestão da administração pública federal direta e indireta, assim como as ações executadas pela União de forma descentralizada.

O projeto dispõe que o controle social consiste na ação permanente e voluntária exercida por cidadãos ou entidades legalmente organizadas e com legitimidade para os representantes, para se alcançar a supervisão popular plena do uso ou aplicação dos recursos públi-

cos. Determina também que o poder público manterá o cadastro das entidades da sociedade civil legalmente constituídas e assegurará a todos o acesso às informações sobre a gestão financeira e operacional, necessárias ao acompanhamento das ações governamentais.

Como justificativa, ela disse que a Constituição elegeu a cidadania como um dos fundamentos da República, lançando as bases de uma democracia participativa, ao definir que "todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente". Ela sustenta que foi clara a opção do constituinte pela democracia participativa, traduzida na ideia de prestigiar a cidadania no contexto do regime.

Marina advertiu que, apesar de todo esse interesse do



Marina quer aprovação rápida

constituente, os cidadãos ainda não têm na nossa democracia outro meio de participação que não a eleição. "No momento atual, de intensa crise do Estado e de verdadeira convulsão social, precisamos afirmar a democracia participativa e pluralista como valor central e estratégico", aconselhou a parlamentar.

Ela reconheceu que a participação popular não pode ser implementada por meio de novas leis e regulamentos e disse não desconhecer as dificuldades para realizar o controle social sobre as ações governamentais, em razão inclusive da desinformação de grande massa da população.

Marina Silva também esclareceu que as mudanças sugeridas em seu projeto não trarão, em princípio, aumento dos gastos governamentais, mas apenas mudanças de postura e, em alguns casos, a reorganização das atividades e reestruturação dos órgãos. Invocando a relevância e urgência do assunto, Marina pediu o esforço de todos os congressistas para que o projeto seja aprovado dentro do menor prazo possível.



Amorim vai procurar ministro Amorim vê risco de conflito em Rondônia

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) defendeu o programa de reforma agrária do presidente Fernando Henrique Cardoso, mas cobrou do governo uma solução urgente para o caso do imóvel Seringal Novo (antigo Porto Franco), no município de Campo Novo (RO), que foi invadido por cerca de 150 famílias de agricultores.

Segundo Amorim, a área se encontra, hoje, "sob terrível tensão", pois o proprietário legítimo da fazenda tem em curso uma ação judicial requerendo a reintegração de posse de sua propriedade. "É preciso pressa na solução do conflito, antes que novo sangue venha a manchar o programa de reforma agrária, como já aconteceu em Corumbiara e Carajás."

Amorim lembrou que um decreto presidencial de 26-12-94, emitido durante a gestão do presidente Itamar Franco, considerou a propriedade como área de interesse social para fins de reforma agrária, mas, por razões burocráticas, o caso se arrasta até hoje sem solução. "É necessário que a reforma agrária seja desburocratizada", enfatizou Amorim.

Conforme o senador, desde 1995 o Inca já dispunha dos Títulos da Dívida Agrária (TDA) para ajuizar a ação de desapropriação, mas inexplicavelmente isso não aconteceu até hoje. "Contactarei o ministro Raul Jungmann, com urgência, para buscar uma solução, pois existe um conflito à vista que não interessa à nação e muito menos à causa da reforma agrária", ressaltou.

Serviço aproxima Senado do cidadão

O serviço *Voz do Cidadão*, um telefone aberto para denúncias, críticas, sugestões, reclamações e comentários sobre a atuação dos senadores, estabeleceu uma aliança entre os parlamentares e a sociedade. Senadores e senadoras não se contentam mais em responder às ligações para o número 0800-61-22-11 através de correspondência normal ou do programa *Fala, Cidadão*, transmitido pela TV Senado aos sábados e domingos, às 19h30.

Os parlamentares já reservam espaço em seus pronunciamentos exclusivamente para responder aos cidadãos que ligam gratuitamente para o o serviço 0800. Dúvidas sobre projetos, votações e posicionamentos dos senadores estão sendo esclarecidas em plenário pelo próprio senador. Júnia Marise (PDT-MG), em discurso proferido na quinta-feira passada, respondeu a inúmeras perguntas que lhe foram encaminhadas. As questões são as mais di-

versas mas problemas do momento, como o desemprego, recebem mais telefonemas. Dúvidas sobre projetos e votos dos senadores em propostas importantes como a reforma da Previdência e muitas, muitas sugestões para os mais variados pro-

O Voz do Cidadão tornou-se um importante instrumento para que os senadores sintam a repercussão do seu trabalho parlamentar

blemas, como habitação, segurança pública, saúde e educação, são compilados pela Coordenação de Relações Públicas do Senado e entregues aos senadores.

REPERCUSSÃO

Os cidadãos também aplaudem discursos e pedem providências para os assuntos mais variados. É o caso de Antonio Dario Neves, de Florianópolis (SC), que pediu ao senador Lauro Campos (PT-DF) que lhe envie o resto do discurso sobre

a política econômica, que teve sua transmissão pela TV Senado interrompida.

Márcio Jean De Carli, de Aracruz (ES), é acupunturista pós-graduado e reclama que os profissionais da área, apesar da categoria já estar devidamente regulamentada, estão sendo tratados como "curandeiros e charlatães" e pede providências.

Pessoas de vários estados elogiam a posição e os discursos do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) em relação à regulamentação dos planos de saúde e pedem cópias de seu parecer. Uma solicitação muito comum é o desejo de receber o *Jornal do Senado*. Muitos cidadãos ligam pedindo para serem incluídos na lista de assinantes.

Os cidadãos que utilizam o serviço 0800 não se prendem apenas aos senadores do seu estado. As críticas e aplausos, dúvidas e sugestões são dirigidas a todos ou ao parlamentar que se identifique com os pro-

blemas que o cidadão quer ver solucionados. Sérgio Soares, de Pelotas (RS), solicita a todos os senadores que formulem e defendam projetos de isenção de impostos para pessoas com mais de 70 anos de idade.

O paulista Fernando Rogério Sampaio, de Itauçu, manda um abraço ao senador baiano Antonio Carlos Magalhães, parabenizando-o "por ser um ótimo parlamentar e um competente presidente do Congresso Nacional". Raimundo Feitosa, de Fortaleza (CE), cumprimenta o senador paulista José Serra pelo discurso contrário à legalização dos jogos de azar.

Criado para ser uma ponte de ligação do cidadão com o parlamentar, o *Voz do Cidadão* está se tornando um importante meio de aferição do trabalho dos senadores. Através da análise dos telefonemas, os parlamentares têm um quadro da sua própria atuação no Senado.

Benedita acha que reeleição agrava crise

Os rumos que a economia brasileira vem tomando preocupam a senadora Benedita da Silva (PT-RJ), para quem, "apesar de o acúmulo de dados negativos mostrar a necessidade de uma reviravolta na atual política econômica", tanto o governador do Rio de Janeiro quanto o presidente da República "priorizam a reeleição, remanesecendo os problemas da área social em plano secundário".

Na opinião da senadora, "o objetivo de Fernando Henrique e de Marcelo Alencar em garantir o próprio êxito faz com que desprezem a necessidade de investimentos no setor produtivo, mantendo neste e no próximo exercício um crescimento econômico entre 3% e 4%. Benedita defende que os recursos retidos nos cofres fazendários devem servir à promoção do processo de desenvolvimento e das garantias de bem-estar social da coletividade.

Segundo suas previsões, os juros continuarão altos, mantendo-se em nível mínimo a capacidade de endividamento do consumidor, assim como dos estados, que, além da limitação constitucional, também estão proibidos



Benedita: desemprego crescente

dos de utilizar os recursos dos bancos estaduais.

Entre as conseqüências mais danosas produzidas pela política econômica, a senadora destaca o sucateamento do parque industrial, com o fechamento de um grande número de empresas, a qualidade ruim no atendimento nas áreas de saúde e educação, os baixos investimentos em infraestrutura e o desemprego.

Com a economia "comprimida", afirmou a senadora, a indústria extinguiu recentemente 5,6% das vagas. Neste sentido, disse ela, "o maior número de demissões ocorreu justamente no Rio de Janeiro, onde foram fechadas 10,7% das vagas, seguido de São Paulo, com 7,9%, e de Minas Gerais, com 1,9% das ocupações extintas".

Palmeira lamenta morte de professor

O senador Guilherme Palmeira (PFL-AL) registrou o falecimento do professor Sílvio de Macedo, ex-diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Alagoas. Ele graduou-se em Ciências Jurídicas, na Faculdade de Direito do Recife, e em Pedagogia e Ciências Econômicas, na Pontifícia Universidade Católica de Pernambuco.

- Era um cidadão exemplar.



Palmeira citou obra de Macedo

um homem virtuoso e um profissional dedicado a inúmeras tarefas intelectuais, digno de nossa admiração, de nosso respeito e do reconhecimento de toda a sociedade alagoana pelo muito que a ilustrou com seus exemplos e seu magistério - testemunhou o senador.

Palmeira assinalou que Sílvio de Macedo, além de catedrático de Direito, Sociologia e Filosofia, foi professor de Direito Civil, de Introdução à Ciência do Direito, de Economia, de Grego, de Latim e de Lingüística. Pertenceu a várias entidades culturais de Alagoas, entre elas o Instituto Histórico e Geográfico e a Academia de Letras, e integrou a Academia Brasileira de Ciências Jurídicas. Conforme o senador, Macedo deixou uma grande obra representada por livros, artigos, conferências e ensaios.

Preocupada com "descalabro" no setor, senadora aponta aumento de casos de sarampo, tuberculose, cólera, dengue e outras doenças

Júnia acusa governo de ignorar a saúde pública

A saúde pública brasileira vive um processo de falência, motivado pela falta de sensibilidade social e vontade política do governo federal em considerar o setor como prioridade, disse sexta-feira a senadora Júnia Marise (PDT-MG), referindo-se às reduções dos recursos destinados ao setor nos orçamentos dos últimos anos.

- Na verdade, a prioridade dada ao setor não era para valer. Se fosse, os gastos com saúde, no ano passado, não teriam sido inferiores em R\$ 3 bilhões aos praticados em 1995 - assinalou. Segundo a senadora, as perspectivas para 1998 não são melhores, já que, como observou, o orçamento para o presente exercício, de R\$ 19 bilhões, é menor que o do ano anterior.

Para Júnia Marise, é impossível "não se compadecer e não se indignar diante dos semblantes tristes, de doloroso sofrimento e de contido choro dos brasileiros de todas as idades, crianças de colo, bebês, ges-



Júnia criticou corte de verbas

tantes, idosos, que varam madrugada nas filas aguardando a oportunidade de uma consulta ou de um exame".

DESCALABRO

Na opinião da senadora, o que se verificou na área de saúde em 1997 foi um descalabro. "Os indicadores sanitários revelaram o ressurgimento de epidemias que estavam erradicadas ou sob controle; a dengue tomou proporções assustadoras, ao ponto de provocar pânico entre a população; a hepatite recrudescer em suas várias formas; o sarampo, a hanseníase, a Aids,

a meningite, a tuberculose, a febre amarela e a malária, juntamente com as mortes em série nos hospitais e nas maternidades, formaram um panorama assombroso", disse.

Júnia apresentou números sobre o crescimento de algumas doenças no período de 1996 a 1997. Os casos de sarampo pularam de 3.618 para 26.328 e as notificações de dengue saíram de 180.401 para 251.221. A incidência de tuberculose subiu de 85.860 para 90 mil e a hanseníase de 34.262 para 45 mil. No ano passado, 2.884 pessoas contraíram cólera, enquanto, em 1996, 1.017 foram atingidas pela doença.

- Pode-se responsabilizar a inexistência de ações eficazes de saúde e saneamento pelo recrudescimento de boa parte dessas moléstias, conhecidas como "doenças antigas", que nos últimos três anos mataram nada menos que 18 mil brasileiros - alertou.

Lauro ataca juros e adverte: "Crise econômica é mundial"

O senador Lauro Campos (PT-DF) criticou sexta-feira a direção dada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso à economia brasileira. Segundo o senador, a política de juros do governo federal tem criado um ambiente recessivo, agravando as desigualdades sociais. "O governo está amardando o consumo com essas taxas de juros. Todos os setores encontram-se sufocados por uma "política econômica". É o ciclo vicioso da pobreza e da miséria", afirmou.

Para Lauro Campos, alguns economistas traçam um quadro recessivo para a economia mundial, "com conseqüências mais graves do que as da crise de 1929". Ele citou a opinião do megainvestidor George Soros, que compara o mo-

mento atual a um incêndio não controlado. "Não são os pessimistas da oposição que dizem. A crise atual é ainda pior que a de 1929 porque é global", comentou.

O senador atacou a intervenção do governo nas recentes quebras de instituições bancárias, citando o economista Milton Friedman, ganhador do Prêmio Nobel, para quem os governos não devem se envolver nas dificuldades do sistema financeiro.

- Até o Milton Friedman disse que é para deixar quebrar. No entanto, no Brasil, seus discípulos criaram o Programa de Reestruturação do Sistema Financeiro (Proer), sustentando a especulação. Só no Banco Nacional gastaram R\$ 9,3 bilhões - salientou.

Segundo Lauro Campos, o



Lauro censurou criação do Proer

país deve procurar um caminho próprio para fugir dos prejuízos da globalização econômica. "Se ela nivela a tecnologia em escala mundial, é óbvio que, quem quiser disputar com o custo do trabalho praticado por países que pagam um ou dois dólares por dia, deverá reduzir salários a esse nível. Será que o custo FHC vai reduzir ainda mais os salários no Brasil?", questionou.

Senador cita opinião de juristas e defende a revogação de artigo sobre a separação judicial por mútuo consentimento, que se opõe ao estabelecido pela Constituição

Bezerra quer mudar Lei do Divórcio



Cafeteira: alteração nas punições

Projeto de Cafeteira preserva partidos

O senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA) apresentou projeto de lei que exige os partidos políticos, em nível nacional, das suspensões das cotas do fundo partidário, como punição a atos praticados por seus diretórios regionais ou municipais. Pela proposta, as direções nacionais dos partidos deverão prestar as informações necessárias à apuração das ilegalidades cometidas por suas seções regionais. O senador acredita que a aprovação do projeto garantirá a existência das agremiações políticas.

A intenção é evitar que uma irregularidade provocada por dolo ou culpa de dirigente de órgão municipal ou regional, de um determinado partido político, possa acarretar a suspensão do repasse das cotas do fundo partidário ou o cancelamento do seu registro, inviabilizando as atividades do partido - justificou o senador.

O projeto encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde tramitará em caráter terminativo. Se aprovado e caso não haja recurso para apreciação em plenário, será enviado à análise da Câmara dos Deputados.

A separação judicial por mútuo consentimento dos cônjuges, para a qual a Lei do Divórcio (Lei nº 6.515, de 1977) exige pelo menos dois anos de casamento, opõe-se a dispositivo constitucional que permite o divórcio após prévia separação judicial de no mínimo um ano, mesmo que a separação seja contenciosa. A partir dessa constatação, o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) apresentou projeto revogando o artigo 4º da lei, dado que "não há lógica em que, para obter a sentença de divórcio, sejam estabelecidos dois procedimentos diferentes, um para a separação litigiosa e outro para a consensual, este com exigência de tempo maior que aquele".

O projeto deverá ser submetido a decisão terminativa da Comissão de Constituição, Jus-



Bezerra vê falta de lógica na norma atual

tiça e Cidadania. Ao justificar sua proposta, Carlos Bezerra argumenta que, pela Constituição, após seis meses de casamento, por exemplo, um dos cônjuges pode pedir e obter a separação judicial e, após apenas um ano, convertê-la em divórcio antes mesmo dos dois

anos de casamento exigidos pela Lei do Divórcio. "O mais incompreensível é que o pedido de separação judicial litigiosa possa ser formulado a qualquer tempo, mas o mesmo pedido, se consensual, necessita do decurso de dois anos de matrimônio", assinala.

Em apoio a seu projeto, o senador ressalta a opinião de juristas especializados na área

do direito de família, para os quais a Constituição de 1988 já revogou o dispositivo da Lei do Divórcio. Trata-se, a seu ver, de "retirar do ordenamento jurídico uma disposição de lei absolutamente inócua e que só se presta a questionamentos desnecessários".

José Ignácio propõe prazo de 60 dias para as cartas precatórias

O senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) apresentou projeto de lei estabelecendo o prazo máximo de 60 dias para inquirição de testemunhas que morem fora da jurisdição em que tramita o processo. O projeto altera a redação do artigo 222 do Código de Processo Penal, que prevê o cumprimen-

to da carta precatória "em prazo razoável".

De acordo com o senador, há um elevado grau de incerteza no cumprimento dessas cartas precatórias, uma vez que não constituem determinações, e sim pedidos formulados entre magistrados de jurisdições diferentes. "A natureza da carta precatória deve ser mais incisiva, na busca do resultado", justificou.

Para que as cartas precatórias não fiquem à mercê da mera boa vontade do juiz deprecado, nem que sua força de cumprimento se alicerce tão-só na jurisprudência, devem ser objeto de norma positiva, na qual se estabeleça o dever do juiz de determinar à serventia do juiz seu cumprimento em prazo certo - argumenta o senador.

O projeto foi encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde será apreciado em caráter terminativo.



José Ignácio deseja prazo certo



Hollanda sugere alternativas

Hollanda fala sobre o combate ao desemprego

Em entrevista hoje à TV Senado, o senador Joel de Holanda (PFL-PE) destaca a iniciativa do governo de anunciar 12 ações de combate ao desemprego. O senador também sugere algumas alternativas para ampliar o mercado de trabalho, no sentido de garantir ao trabalhador o que considera seu mais importante direito - o emprego.

O programa vai ao ar às 7h, 9h30, 12h15 e 18h45.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

7h - Entrevista com o senador Joel de Holanda (PFL-PE) sobre o desemprego

8h - "Cidadania" - debate com o senador Pedro Simon (PMDB-RS) e o padre Virgílio Uchôa sobre a Campanha da Fraternidade-98 da CNBB, que tem como tema a educação

9h30 - Entrevista com senador Joel de Holanda (PFL-PE) sobre o desemprego

10h - "Combatendo o estresse" - palestra do médico Antônio Ricardo Teixeira sobre as maneiras de se combater o estresse

12h15 - Entrevista com o senador Joel de Holanda (PFL-PE) sobre o desemprego

13h30 - "Cidadania" - debate com o senador Pedro Simon (PMDB-RS) e o padre Virgílio Uchôa sobre a Campanha da Fraternidade-98 da CNBB, que tem como tema a educação

14h30 - Sessão plenária (vivo)

18h45 - Entrevista com o senador Joel de Holanda (PFL-PE) sobre o desemprego

19h30 - "Cidadania" - debate com o senador Pedro Simon (PMDB-RS) e o padre Virgílio Uchôa sobre a Campanha da Fraternidade-98 da CNBB, que tem como tema a educação

20h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

20h40 - "Senado em Pauta"

21h - Sessão plenária (reapresentação)

0h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

0h40 - "Senado em Pauta"

1h - "Cidadania" - debate com o senador Pedro Simon (PMDB-RS) e o padre Virgílio Uchôa sobre a Campanha da Fraternidade-98 da CNBB, que tem como tema a educação

2h - "Jornal da Amazônia"

2h15 - "Senado em Pauta"

2h30 - Sessão plenária (reapresentação)

6h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

6h40 - "Senado em Pauta"

Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala, Cidadão".

RÁDIO SENADO

7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)

13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)

14h15 - "Plenário em Revista"

14h30 - Sessão plenária

19h - "A Voz do Brasil"

22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)

0h - Retransmissão da sessão plenária

3h - Música e informação até as 7h30



"Quem não passou pelas mãos de um professor?" é o tema da mostra, que fica aberta até o dia 26

Artur da Távola, Miguel Falabela, Ziraldo, Miguel Paiva e Lan são alguns dos cronistas e chargistas que têm seus trabalhos expostos

Crônicas e charges em exposição no Anexo II

"Quem não passou pelas mãos de um professor?" Esse é o tema da exposição de trabalhos de chargistas, cartunistas e cronistas do Rio de Janeiro no hall do Anexo II do Senado, que vai até o dia 26. Entre as crônicas, estão as do senador Artur da Távola (PSDB-RJ) e do ator Miguel Falabela.

A mostra, promovida pela União dos Professores Pú-

blicos no Estado (Uppe) do Rio de Janeiro, pretende chamar a atenção dos parlamentares sobre a questão da qualidade do ensino no país. Outro objetivo da entidade é a regulamentação do direito de greve para os funcionários públicos.

Entre os renomados desenhistas que participam da exposição estão: Ziraldo, Erthal, Ikenga (da Associação dos

Chargistas do RJ), Bartho, Miguel Paiva e Lan. Esse último com a charge *professor de sexologia*.

Conforme informações da presidente da Uppe, Teresinha Oliveira Silva, e da diretora de Relações Públicas, Maria Lúcia Sardenberg, essa exposição já foi vista por mais de quatro mil pessoas, desde que foi lançada, em 1995, no Rio de Janeiro.

Ronaldo Cunha Lima lança livro de poemas na quarta

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) lança na próxima quarta-feira (dia 25), às 18 horas, no Salão Negro do Congresso Nacional, o seu "Livro dos Terceiros". A obra, com breves poemas, tem a apresentação do senador Artur da Távola (PSDB-RJ) e comentários do presidente da Academia Brasileira de Letras, Antonio Carlos Osório.

Ronaldo é autor dos livros "Poemas de Sala e Quarto", "13 Poemas", "Versos Gramaticais", "50 Canções de Amor e Um Poema de Espera" e "Recital sem Limite", e é membro da Academia Paraibana de Letras e do Pen Clube Internacional.

O "Livro dos Terceiros" também será lançado brevemente em Campina Grande e João Pessoa.



Ronaldo: "Livro dos Terceiros"

Pequeno Dicionário Amoroso é atração no Cultura ao Meio-Dia

O filme *Pequeno Dicionário Amoroso*, da diretora Sandra Werneck, será apresentado na quarta-feira, no auditório Petrônio Portella, dentro do Projeto Cultura ao Meio-Dia, da Coordenação de Relações Públicas do Senado.

O filme aborda, de forma bem-humorada e poética, a história de duas pessoas que

se conhecem e se apaixonam, mas à medida que se envolvem, começam a questionar a natureza de seus sentimentos, mesmo tendo jurado jamais se relacionarem de novo com alguém.

No elenco participam Tony Ramos, Mônica Torres, José Wilker, Glória Pires, entre outros.

Alcântara homenageia Universidade de Fortaleza

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) registrou o jubileu de prata da Universidade de Fortaleza (Unifor), comemorado em 22 de março. Ele destacou a contribuição do empresário Edson Queiroz, criador da instituição, para dotar o seu estado de um "centro impulsionador da pesquisa e da educação superior no Ceará". Mantida pela Fundação Edson Queiroz, a entidade já formou mais de 25 mil profissionais nos 18 cursos que mantém, acrescentou.

A Unifor, ressaltou Alcântara, conta hoje com 650 professores, entre graduados, especialistas, mestres e doutores, e um total de 12 mil alunos, que convivem num campus de 50 hectares e 244 salas de aula,



Alcântara: impulso à educação

além de 98 laboratórios. A biblioteca central da instituição possui um acervo de quase 33 mil títulos e 90 mil volumes. O senador lembrou, ainda, que "a Universidade de Fortaleza é um grande exemplo de integração empresa-comunidade".

Programa Cidadania estreia na TV Senado

Os temas relevantes levantados pela sociedade civil terão, a partir de hoje, um espaço para debate - o *Cidadania*, novo programa criado pela TV Senado com o objetivo de estabelecer um diálogo permanente entre a sociedade organizada e o legislativo.

O primeiro programa da série, que irá ao ar às 10h, tratará da Campanha da Fraternidade de 1998, cujo tema é a Educação. Participam do debate o senador Pedro Simon (PMDB-RS) e o assessor político da CNBB, Padre Virgílio Uchôa.